

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. Retratos Históricos e Sociais das Mulheres Homossexuais na Amazônia: entre o conflito e o reconhecimento. In.: MORGA, Antônio Emílio. **História das Mulheres do Norte e Nordeste Brasileiro**. 1ª. Ed. São Paulo: Alameda, 2015

Retratos Históricos e Sociais das Mulheres Homossexuais na Amazônia: entre o conflito e o reconhecimento

Lidiany de Lima Cavalcante

O debate da sexualidade ficou recluso por séculos. Olvidava-se tratar de uma caixa de pandora, com surpresas que precisavam vir à tona e entrar no debate do público, em uma sociedade que mesmo com seu cunho tradicional e conservador no que tange aos costumes, tinha o sexo como fonte primária de seu cotidiano.

A regulação do sexo aponta para a necessidade de discutir poder e repressão, não como elementos centrais, mas como estratégias sociais e culturais de fazer silenciar o corpo com seus desejos e anseios próprios da carne.

O homossexual, que na análise Foucaultina era visualizado na sociedade como ‘anormal’ e ‘desviante’, teve sua sexualidade patologizada e medicalizada entre os SÉCULOS XVII e XVIII, visto encontrar-se fora dos padrões aceitáveis, para uma cultura heteronormativa.

Esses aportes fomentam a relevância dessa reflexão, já que as sexualidades desviantes eram causadoras de conflitos sociais e não tinham qualquer suporte de reconhecimento, através de sujeitos inseridos em realidades mutáveis, ou mesmo como protagonistas sociais, atores na construção de suas próprias histórias de vida.

Com o advento dos estudos pela medicina e psiquiatria, a diversidade sexual torna-se elemento silente no que tange a sua discussão e tolerância. O estigma é firmado e consolidado, visto que o modelo de família nuclear burguesa assume as bases da sociedade e somente a sexualidade desenvolvida nas caracterizações matrimoniais tinham o devido reconhecimento, o qual era fomentado pelos dispositivos de aliança,

oriundos das formações familiares e respectivas conjugalidades existentes no interior social.

Assim, a homossexualidade foi reprimida e o poder heteronormativo assume as rédeas na sociedade capitalista, onde apenas as relações nucleares tinham valorização e visibilidade social. O indivíduo ‘desviante’ fincava-se à margem da sociedade excludente, por sua inserção em uma diferente natureza cultural, a qual não se apresentou de maneira diferente no norte brasileiro.

A partir dos contextos apontados, esse estudo consiste em refletir os desafios que as mulheres homossexuais da Amazônia encontraram na configuração de suas identidades, visto a lacuna histórica de discussão e visibilidade da referida condição feminina, como também os aportes heterocêntricos inseridos na sociedade e cultura, o que fomentou um viés contemporâneo com espaços de conflito, com vistas às necessidades de reconhecimento social.

O sexo como objeto de mutismo social

Os estudos sobre o sexo se configuram como desafiadores no contexto histórico, apesar de seus retratos apontarem ênfase desde a Grécia Antiga, no que se refere à iniciação sexual e outros elementos que perfaziam a cultura da época e a aceitabilidade da sociedade da época.

A partir das análises baseadas na Filosofia da História, o sexo se torna assunto relevante quando percebe-se que as portas da esfera social são cerradas pela Igreja, o que torna o sexo apenas um assunto de confissão e não mais da sociedade.

O silêncio em torno dos discursos sobre o sexo, seu mutismo e o puritanismo ao falar dele, eram alimentados pela proibição em abordá-lo, assim como todo e qualquer assunto relacionado aos prazeres carnavais. Na análise de Foucault,¹ o simples fato de se falar em sexo era motivo para se pedir desculpas pela transgressão causada pelo assunto, já que se considerava algo sem relevância e desnecessário de ser tratado nos vieses da socialização.

A calmaria falaciosa que rondava o sexo nas sociedades do século XVII e XVIII era característica dos cânones sociais, mas não olvidava os devaneios mais profundos

¹ Foucault, Michel, *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

que permeavam a vontade de saber, inerente e expressa na sexualidade humana em geral, assim como nos prazeres que os corpos poderiam proporcionar nas descobertas sexuais, ou seja, a ideia de uma repressão em torno do sexo levou a uma intensificação dos discursos em torno da decência e do proibido, da perversão e da libidinagem.

Desde a Idade Média, a discussão em torno do sexo ficou nas mãos da Igreja, sendo que esta se encarregava de saber o que os fieis faziam com o corpo. Nesse período, a confissão era utilizada como estratégia de poder, onde o sujeito confessava seus atos e pensamentos, era indagado e punido severamente pelo que se conhecia como ‘pecado nefando’.

O dogmatismo religioso apontava que as leis divinas teciam verdadeiras lacunas entre o normal e o ‘anormal’, aceito e o interdito, além das ameaças sobre o céu e o inferno, o que levava o indivíduo a temer o transcendental na esfera de seu comportamento social de razão limitada. Decerto, os desviantes eram aprisionados em suas próprias ações e crucificados pelas religiões que exigiam a completa confissão de seus crimes. Apesar disso, alguns mergulhavam cada vez mais fundo na livre expressão dos prazeres sexuais.

As práticas sexuais chamam atenção da Ciência, já a sociedade assiste ao nascimento das Ciências Sexuais. Esse aporte, enfatizado principalmente pela medicina, favoreceu avanços em torno da abertura para se falar do sexo, entretanto as coisas não aconteceram de maneira tão simples como parece, visto que a referida análise científica nascia e crescia submetida aos imperativos de uma moral burguesa, construída sob o enfoque espraiado pelo capitalismo.

De acordo com Foucault,² a prática médica, centrada principalmente na Psiquiatria, inicializa reflexões em socorro às leis, com o objetivo de punir os portadores de taras, os degenerados, pederastas e outros sujeitos que se encontravam à margem da sociedade. Tem-se aí o sexo como elemento de reprodução da verdade, mesmo que esta seja mascarada em determinados contextos.

A análise foucaultiana não se encontra pautada no sujeito ou na dominação, mas nas relações de poder que se constroem em torno do corpo, que precisa ser manipulado e vigiado conforme as normas sociais, ou seja, não há um Estado que detém o poder, visto que o poder circula em todo corpo social.

² Foucault, Op. Cit.

Os mecanismos do poder adentram no campo do sexo e juntamente com o Direito e a Psiquiatria, trazem entre outros fatores a patologização da homossexualidade, a qual era vista como desvio e doença.

Os aportes configurados por Foucault,³ retratam que no séc. XVIII nasce uma configuração de poder que disciplina os corpos, segrega o indivíduo na perspectiva biológica e permite a implementação do chamado biopoder.

O corpo torna-se então uma nova personagem do poder, aponta estratégias nas relações, dispositivos e proibições, apesar da constante ‘vontade de saber’, permeada no devaneio e na realidade das sociedades.

O aparente mutismo em torno do sexo, não deixou a questão da homossexualidade silente. Caracterizado historicamente e socialmente como um dos prazeres perversos na análise de Foucault, por se mostrar fora dos ‘dispositivos da aliança’, a homossexualidade perfaz a cultura da diversidade sexual, conforme será verificado *a posteriori*.

Retratos históricos da homossexualidade feminina

A homossexualidade é uma condição humana presente na história da humanidade, entretanto, os elementos patriarcais que enfatizaram a dominação masculina relegaram a condição feminina ao ostracismo. Tais fatores são compreensíveis na lacuna histórica sobre a situação da mulher homossexual.

Trevisan,⁴ ressalta que no Brasil, as mulheres conhecidas como tríbades (homossexuais) tinham pouca visibilidade social, apesar de que no século XVI era comum em algumas comunidades indígenas a existência e mulheres que desenvolviam as atividades masculinas e eram ‘casadas com mulheres. Outro dado historiográfico relevante mostra que entre as indígenas Tupinambás, a prática homossexual era visualizada, na masculinização da mulher e no poder de governar-se sem apoio do ‘marido’.

³ Idem, *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴ Trevisan, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Apesar das reflexões, o processo histórico da homossexualidade feminina não apresenta muitos dados, visto à falta de visibilidade quanto à sexualidade da mulher, principalmente na realidade do norte e nordeste do país.

Ao caracterizar a hostilidade da Igreja com relação à homossexualidade, Trevisan,⁵ mostra a análise do Frei Antônio de Jaboatão, que preconiza ser inútil pregar contra a devassidão no Brasil, pois “*o diabo já tinha botado âncora, e bem aferrada nos corações*”.

O retrato do Brasil Colônia enfatiza o que os cristãos condenavam e acreditavam que a devassidão já havia tomado conta da população. As diversas formas de uso do corpo para os prazeres assustavam os mais desavisados e adquiria adeptos em vários recantos e vilarejos na terra da diversidade.

Os relatos sobre a homossexualidade feminina datam desde as 'confissões na Inquisição', da qual o Brasil também fez parte, com estratégias de punições às mulheres que apresentassem comportamento trípode ou lésbico.

Apesar do contexto supracitado, verifica-se que há muitas lacunas históricas sobre a homossexualidade feminina, pela invisibilidade da mulher e secundarização da sua própria sexualidade.

Del Priore,⁶ enfatiza que no Brasil colônia, os sentimentos parecem estar ligados aos mecanismos de sociabilidade, os quais se faziam presente em vários contextos, inclusive na literatura.

Assim, livros contendo temas nefandos eram vendidos principalmente aos homens. Del Priore ressalta que o fato de uma dessas obras cair nas mãos de mulheres levava os homens a pensar que o espírito de Safo encontraria aí, a oportunidade de conquistar adeptas.

Safo foi poetisa grega que viveu na ilha de Lesbos por volta do século VII a.C, e tinha como uma de suas características a paixão e encantamento por mulheres, o que a levou a envolvimento emocional e possivelmente sexuais.

Os devaneios memoriais de Safo permeavam então o cotidiano das mulheres brasileiras através de leituras como bem enfatiza Del Priore,⁷:

⁵ Ibidem, Op. cit., p. 71.

⁶ Del Priore, Mary. História do Amor no Brasil, 2ª. Ed., São Paulo: Contexto, 2006.

⁷ Ibidem, Op. cit., p.221.

Amar, gozar, morrer, vendida a três mil réis na livraria Cruz Coutinho, da capital. Nela, a jovem Amélia, um primor de voyeurismo, tem sua iniciação sexual com a mãe adotiva, uma bela e jovem condessa. As várias passagens homossexuais eram indicadas por subtítulos do tipo: o que faziam duas mulheres novas e belas em noite de primavera.

Os contos eram vistos como partes integrantes de livros ‘sujos’ que iam contra os imperativos da moralidade social, sendo considerado um perigo para as mulheres da época.

Del Priore reflete que geralmente os contos terminavam em tragédia, seja por doenças, as quais eram consideradas consequências ou castigos pelo comportamento sexual tido como indevido às mulheres, ou até mesmo a efetivação de crimes passionais oriundos de traições ou ciúmes.

Os relatos da época conduziam a homossexualidade feminina a um lugar escondido, relegado a sujeira de um comportamento vil e desprezível. A inserção da temática na literatura não favoreceu qualquer visibilidade social dessa condição humana, haja vista que as lições de moral ancoradas no heterocentrismo apareciam como elementos da dominação de uma sexualidade socialmente aceita e esperada pelas mulheres.

Del Priore ressalta obras que mostram a questão e trazem textos de contexto homossexual, tais como: *“Os combates do amor foram criados para indivíduos de sexo oposto. Eles cansam, fatigam, mas não matam... Foge das mulheres, minha filha, tens em mim um terrível exemplo, sofro muito... muito.”*⁸

A homossexualidade ou as práticas homoeróticas eram visualizadas como castigos e motivos de sofrimentos. Os aportes inseridos na cultura religiosa ofereciam visibilizaram apenas as configurações do amor dentro das diretrizes e dos cânones sociais inseridos no modelo da família nuclear burguesa.

Os paradigmas sociais e culturais mudam. A passagem da visão de pecado sexual, para a concepção de doença e perversão surge com o nascimento da figura clínica do homossexual, o que acontece no século XIX, com o aporte das Ciências Sexuais que fazem um paralelo com as leis. A sexualidade fora dos padrões heterocêntricos passou a ser patologizada e nominada como loucura erótica, resultante de psicopatias sexuais.

Com a junção efetiva entre ciência e lei, a sexualidade humana passa a ser administrada e no caso da mulher, com seu processo histórico de condição

⁸ Ibidem, Op. cit. p.221.

secundarizada, tem o seu corpo gestado pelos poderes patriarcais que cerravam direitos e prazeres humanos.

Na região Amazônica, a condição das mulheres não se fez diferente. Não tivemos um estado patriarcal, mas sim relações patriarcais que partiam da família e perpassavam os núcleos sociais.

Costa ⁹ aponta que o colonizador português, herdeiro do patrimonialismo europeu, ao adentrar na realidade amazônica se depara com relações assentadas no patriarcalismo indígena. A junção das duas culturas mergulha a condição feminina em um contexto de submissão característico, principalmente nas classes mais abastadas da sociedade, onde a mulher era coisificada e vista como mais um produto das relações patrimonialistas da época.

Apesar de alguns relatos históricos apontarem a sujeição, outros ressaltam a existência da visibilidade da mulher, sobretudo entre as indígenas, onde em referidos casos não existia diferença entre o posicionamento dela e o masculino, inclusive na divisão de trabalhos cotidianos. Entretanto, o aparente protagonismo não trazia a emersão das diversidades sexuais femininas que demandavam reconhecimento.

Nas relações opulentas, as mulheres eram coisificadas em meio às relações patrimonialistas. A sociedade a visualizava apenas na condição de cuidadora familiar, com aportes que evidenciassem inclusive situações onde os homens pudessem aparecer publicamente.

Não havia discussão sobre os limites entre o proibido e o permitido, o normal e o anormal, já que enxergava-se apenas as relações construídas a partir do dispositivo de aliança (familiar nuclear), onde a construção da identidade da mulher não poderia extrapolar o universo privado.

As lacunas históricas que poderemos ter no que tange a questão da homossexualidade feminina podem ser caracterizadas pela ausência de protagonismo social efetivo de tais sujeitos, o que não significa a inexistência de elementos concernentes à diversidade sexual, visto que o controle dos corpos e da sexualidade pode ter apontado a uma pedagogização e moralização da condição feminina nos aspectos culturais e sociais da época, ou seja, esperava-se a construção de uma identidade, de preferência heterossexual e conservadora, dentro dos padrões aceitáveis para a o referido processo histórico.

⁹ Costa, Heloísa Lara Campos da, *As Mulheres e o Poder na Amazônia*, Manaus: EDUA, 2005.

Tais aportes foram consolidados também pelas relações religiosas que imperavam na conjuntura do poder na Amazônia.

O catolicismo em particular, encarregou-se da punição de muitas mulheres através do tribunal do Santo Ofício, como bem assinala Maués:

Aquilo que era visto como ‘familiaridade com o demônio’ pelo inquisidor, podia ser simples sortes de São João para prever o futuro, o que era visto como pacto com o diabo podia ser simples carta de tocar mulheres, o que podia ser interpretado como *sabbats* podiam ser simples curas de pajés ou manifestações sincretizadas de origem africana.¹⁰

A narração aponta como as peculiaridades culturais das mulheres amazônicas eram interpretadas pela religião. Às mulheres não cabia qualquer visibilidade, além de clarificar os limites obedecidos entre o sagrado e o profano, no trato dos referidos sujeitos dentro da perspectiva religiosa dominante.

A partir daí a homossexualidade feminina, não apenas na concepção amazônica, mas internacional, adentra aos portais do conflito, por ser conferido a ela um título patológico que demandava intervenção, conforme será caracterizado *a posteriori*.

A mulher homossexual na centralidade do conflito

A caracterização da identidade homossexual feminina emerge ao público juntamente com o advento das Ciências Sexuais. O corpo, antes condenado pela Igreja, agora é estudado, censurado e refutado, fragmentado e, sobretudo administrado.

A homossexualidade feminina entra nos cenários do conflito, alicerçada pelo patriarcalismo a que se encontra submetida culturalmente. Ela é vista como aberração da condição de ser mulher, o que também ocorre na realidade brasileira.

O palco dos conflitos se apresenta ao referidos sujeitos sociais, mas não podem ser caracterizados apenas na perspectiva negativa. Moraes Filho¹¹ ao ressaltar a concepção de Simmel, enfatiza que:

O conflito não é patológico e nem nocivo à vida social, pelo contrário é condição para a sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para a outra.¹¹

¹⁰ Maués, Raymundo Heraldo, *Padres, pajés, santos e festas – catolicismo popular e controle eclesiástico: um estudo antropológico numa área do interior do Amazonas*, Belém: Cejup, 1995. p.71.

¹¹ Moraes Filho, Evaristo de (org), *Georg Simmel: sociologia*, São Paulo: Ática, 1983. p.23.

Apesar de a homossexualidade ter sido patologizada no século XIX, o advento das Ciências Sexuais e as legislações não alocaram apenas reflexões que desencadearam na proibição de se falar em diversidade sexual, o conflito possibilitou, sobretudo o contato com as diferenças.

Não se trata de tolerância social, mas de aguçar a vontade de saber sobre o não permitido, o vigiado, o que demanda ser necessariamente administrado e acompanhado, por estar fora dos cânones sociais evidenciados pelo modelo conservador e tradicionalista burguês da época.

Assim, o conflito favorece a compreensão de como a sociedade se faz, com os fenômenos de interação mutuamente determinados pela simpatia, indiferenças e aversões.

Situa-se nesse ensejo a mulher homossexual, que não aparece mais como pecadora, mas a doente que a sociedade põe como alvo do conflito social, por caracterizar a diferença, o não metódico.

A região amazônica tece imperativos que apontam retratos efetivos de herança patriarcal. O leque do conservadorismo é longo, seus estereótipos também. A mulher homossexual amazônica percorre largo caminho para firmar identidades. Em tal condição, é o que se considera como a trajetória do assumir-se, a qual geralmente está em ligação com a construção do ser/não ser, em um processo de autoafirmação no que tange a subjetividade.

Esse fenômeno também pode ter traços advindos do conflito, visto que este possibilita uma nova forma, ou seja, propõe ideias de como as coisas podem se resolver a partir de embates e luta pelo direito à subjetividade dos grupos que foram considerados como minorias, caracterizados dentro de um ensejo do que é ou não é, do que pode ou não pode no contexto dos padrões sociais.

Outro ponto de análise relevante se faz a partir das reflexões Simmelianas, em que o conflito não se configura como algo patológico, mas como processo de interação que ocorre por meio de embates, lutas e acordos, os quais dão forma a uma espécie de realidade social, exterioriza vários problemas e tensões que demandam condução emergente através da multiplicidade de sujeitos envolvidos.

Tem-se então a mulher homossexual, que inserida nos cânones sociais amazônicos, historicamente esteve no ostracismo, sem muitas possibilidades de firmar identidades, sendo conectada aos paradigmas heterocêntricos e conservadores por questões culturais de uma sociedade que não reconhecia as diferenças, principalmente as de conotação sexual.

Costa,¹² aponta que na Amazônia do século XIX, o patriarcado era ponderado à luz do sincretismo religioso, o que mostra o protagonismo religioso que se fazia mais presente a cada dia na configuração cotidiana dos sujeitos e norteava as posturas ‘adequadas’ aos padrões paradigmáticos.

No que tange a caracterização das identidades, a subjetividade do sujeito é remetida ao estigma do desviante, minoria, *outsiders*, ou seja, aquele que se desvia das regras do grupo, que não compactua com modelos e configurações impostas pelos paradigmas sociais e culturais.

Assim, a trajetória que traduz a condução identitária no caso das mulheres homossexuais, remete ao histórico de conflitos mais internos do que externos, não havia possibilidade de romper os cercos patriarcais e patrimonialistas para a caracterização de qualquer luta por direitos ou reconhecimento, uma vez que a sexualidade das mulheres era controlada pelos dispositivos de poder em suas variadas faces.

Os desafios no reconhecimento social das mulheres homossexuais

As reflexões sobre o reconhecimento social das mulheres homossexuais se faz relevante, pelo fato de que não há sociedade conhecida onde não exista a agressão de alguma maneira.

O olhar hostil, o preconceito, o silêncio frente à diversidade, a indiferença e a discriminação são alguns dos elementos partícipes da conjuntura social, os quais indicam que as lutas sociais não são pelo poder, mas por reconhecimento.

A legitimidade do conflito aparece quando as partes se reconhecem como partes, com demandas inseridas em uma luta política pelo direito à identidade. Assim, o desrespeito ao outro se dá pela ausência de reconhecimento das singularidades, mas a luta não é travada contra um indivíduo, e sim com um conjunto de relações, dogmas,

¹² Costa, Op. cit.

normas e paradigmas sociais, históricos e culturais que se tornam a partir daí o combustível do conflito.

Para Honneth,¹³ o reconhecimento demanda uma relação mútua que perfaz o conhecer-se no outro e a partir do outro, o que retrata ponderações sobre como o outro me vê. Ainda de acordo com o autor, a teoria do reconhecimento é desenvolvida em três aspectos:

A primeira se efetiva pelo amor, que denota a compreensão que vai além do amor carnal, perpassa a autoconfiança individual e os dramas humanos, com suas dependências e carências, que se constituem como a primeira parte do reconhecimento recíproco.

O segundo aspecto envolve o direito, com base no autorrespeito, onde mesmo em um cotidiano bucólico, preconiza-se a busca efetiva pela consolidação do protagonismo social.

O último ensejo caracteriza a solidariedade e a estima social que o sujeito apresenta para ser reconhecido.

Em análise ampla, os sujeitos são ligados à existência corporal de outros indivíduos, possuem interfaces complexificadas pelas relações sociais e demandas emergentes.

A mulher homossexual se insere então em um conjunto de obrigações e deveres sociais e culturais que reconhece em si e no outro, os quais dependem, conforme Honneth,¹⁴ de uma dimensão profunda na busca pelo reconhecimento.

Assim o amor, o direito e a solidariedade apresentam traços consideráveis na constituição das identidades homossexuais nas mulheres, os quais elevam o sujeito à condição de protagonista social, autor de sua própria transformação e evidência social, mesmo frente à herança do patriarcado, reforçado pelo heterocentrismo social.

No século XX, a sociedade mostrou a homossexualidade como um pilar que ainda obedecia a uma compreensão patologizante, vista como doença, desvio ou anormalidade. A relação de poder entre pais e filhos assegurava à realização de uma espécie de ação social, dirigida a reeducação do corpo desviante, com o objetivo de canalizar o indivíduo ao caminho da ‘normalidade social’. Além da realização de

¹³ Honneth, Axel, Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais, São Paulo: Ed. 34, 2003.

¹⁴ Ibidem, p. 187.

práticas esportivas, com divisão binária de sexo, o desviante era encaminhado ao processo de ‘remodelagem psíquica’ através da psicanálise, utilizada como último recurso na ‘cura’ da personalidade tida como perversa.

A luta por reconhecimento da homossexualidade como condição humana tem um marco na segunda metade do século XX, mais precisamente em 1969, no Bar conhecido como *Stonewall Inn*, em *New York*, um local direcionado a vários grupos homossexuais.

Dados históricos ressaltam que no dia 28 de junho ocorreu o que ficou conhecida como a Rebelião de *Stonewall*, onde os frequentadores revoltaram-se com a presença da polícia, que realizava inúmeras operações tidas como sem justificativa. O tumulto desenvolveu um quadro de violência que durou três dias e tal fato deu origem ao Dia Internacional do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), um marco de reivindicação mundial no que tange a luta por reconhecimento, visibilidade social e também política da população homossexual.

Na realidade brasileira, as primeiras expressões evidentes dessa luta envolvem o surgimento do jornal ‘Lampião da Esquina’, na década de 1970 sem, entretanto oferecer visibilidade aos retratos da homossexualidade feminina, já que historicamente as mulheres foram consideradas minorias no referido movimento.

Ainda na referida década, a mulher só aparece nas conjunturas sociais fora dos movimentos homossexuais, com suporte da Revolução Sexual, com tentativas de quebrar paradigmas sobre sexualidade, casamento, fantasias eróticas e o uso do corpo. A mídia e os movimentos de mulheres tiveram papel relevante na desconstrução da imagem da feminina como objeto, coisificado pela concepção nuclear burguesa, sob os moldes das tradições cristãs das sociedades tradicionais.

A nudez, o anticoncepcional e o amor livre são bandeiras erguidas no âmbito público para viabilizar a emancipação feminina, o que tira momentaneamente a caixa de pandora existente nas mulheres, ao adentrar o universo da construção sexual fora dos cânones preconizados.

Apesar da contribuição efetiva da Revolução Sexual, o resgate do conservadorismo adentra as portas novamente a partir da década de 1980. O comportamento puritano e moralista assume as rédeas no cotidiano das mulheres brasileiras. A liberdade do corpo cede espaço para a nova roupagem da vigilância, onde apesar de alguns avanços, o corpo torna a ser administrado e gestado pelo poder, principalmente no que tange a construção da identidade sexual feminina em sua diversidade.

A patologização da homossexualidade, por exemplo, foi visualizada até o início dos anos de 1990, quando se procedeu a sua retirada do Código Internacional de Doença, sob a sigla CID 302.1 através do legado da OMS (Organização Mundial de Saúde).

Mesmo com a exclusão médica da patologia e sua configuração como condição humana, a homossexualidade ainda era ponderada culturalmente como perversão, visto que o retrato da sociedade continuava sob os alicerces do conservadorismo e tradicionalismo ainda enraizados nos fundamentalismos religiosos e na configuração nuclear burguesa, estando qualquer diferença fadada ao ostracismo e a discriminação efetiva.

Entretanto, o reconhecimento da diversidade sexual como condição humana, mesmo em seu processo de inicialização, abre as portas do entendimento não apenas sobre os limites e possibilidades do corpo, mas de aportes que acompanham as identidades do indivíduo, ou seja, resultamos mais de nossos relacionamentos do que de nossos genes, ou seja, o meio social oferece suporte na construção da identidade humana.

O entendimento sobre a identidade se faz na configuração da construção e desconstrução, haja vista que não há socialmente uma identidade estática ou acinética, mas possibilidades de mutação dentre de uma compreensão pós-moderna, o que envolve também a orientação sexual.

Assim, a identidade sexual sofre variantes de acordo com a construção social efetivada pelo sujeito, a qual pode ter influências religiosas, familiares ou da sociedade em geral, o que favorece ainda os comportamentos dominantes.

Somente a partir do ano 2000, o Brasil fez o processo de inicialização da abordagem pública mais efetiva sobre a homossexualidade, não pelo fato de estar vencendo o conservadorismo da sociedade, nem tampouco pela quebra de tradições visualizadas historicamente na relação patriarcal vigente, mas pelo fato da discussão de Políticas Públicas que trabalhem a busca de suprimir a lacuna histórica em torno do reconhecimento das diferenças humanas.

A partir daí, as reflexões sobre a construção da identidade homossexual perpassam as demandas emergentes na sociedade como um todo, visualizando-se inclusive as mulheres na referida condição, as quais fizeram parte do ostracismo absoluto.

As mudanças que se assistem vão desde os debates dos paradigmas culturais até a desconstrução das terminologias falaciosas e moralistas sobre a sexualidade. Verifica-se também a caracterização mais efetiva da emancipação feminina, principalmente na região amazônica, como retrato de identidades em pleno processo de construção social e desconstrução moral.

O limiar do novo século aponta também para a compreensão mais concernente do significado de ser homossexual, que segundo Mello¹⁵, é estabelecer práticas e representações sociais, assim também como vínculos emocionais e sexuais entre iguais biológicos.

Mesmo frente à abertura para ponderações sobre os fatores que caracterizam o reconhecimento da diversidade e do amor livre, temos o palco das discriminações, que retratam o viés da homofobia, das várias faces da violência e do não reconhecimento da mulher na condição homossexual. Esse lado da mulher aparece retratado nos escritos do denominado Poema Gay, com a seguinte reflexão:

O falo é um fardo do corpo, a farda da farsa,
e eu sou o grito, o berro, o urro, o erro.
Minh'alma é uma menina e meu corpo uma mentira.
Não sou homem nem mulher
Um ser que sobra, falta e desencontra
Num mundo diferente de todos os mundos
O que me conduz é a impossibilidade
O que me reduz é a incompreensão
Olham-me como se eu fosse um bicho de outra espécie
E riem, criticam, excluem e odeiam como se eu fosse um pecado
Um erro, doente ou sacana.
Pobres de nós, mulheres encarceradas em um corpo que não é o nosso
Como uma alma penada, sapato apertado que não nos pertence
Assim que eu me sinto... de calos, sufocada, asfixiada, apaixonada
E o espelho me nega e eu me acho um bicho de outra espécie
Pecado, errado, doente ou sacana.
Ah! Mas às vezes eu penso que sou uma mulher enfeitada
Que teve alterada sua forma
Mas que um dia vai quebrar o encanto
E todo esse engano vai acabar
Como se eu tivesse sido sempre uma menina encantada.
Que troca de embalagens...
Foi esta aí dos deuses que já me mandaram nascer
Nesse mundo enjoado com desvantagem
Encarnando minh'alma em corpo errado,
Como se houvesse um corpo de homem sobrando
E uma alma feminina condenada?¹⁶

¹⁵ Mello, Luiz, *Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

¹⁶ Horta, Glória, *Sangria*, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

A poesia retrata a realidade que se espera do feminino, a mentira social, o encarceramento do corpo e da alma. A identidade exigida por uma cultura que não tolera o diferente. A viagem através de um espelho onde a mulher se enxerga como “bico de outra espécie”. Questiona-se aí onde está a condição e a liberdade humana, o direito a ter direitos sociais, o direito de ser mulher.

O corpo continua sendo vigiado e administrado por querelas estruturais que conduzem ao sofrimento dos indivíduos, ao aprisionamento dos corpos, olvidando a necessidade de acrisolamento das almas. Trata-se apenas do punir, de gestar, de caracterizar o devir histórico do que se espera da mulher.

Apesar de a cultura enfatizar a emancipação determinada do sujeito feminino na Amazônia, muito ainda falta no que tange a visibilidade da homossexualidade como condição humana. Os traços do conservadorismo de herança patriarcal e indígena ainda carregam o cotidiano de preconceito e discriminação com as diferenças. Entretanto urge que mesmo através de passos curtos, a mulher homossexual possa ter voz e vez, num limiar que se estenda além de suas palavras e de sua condição.

Nas fronteiras do reconhecimento

A luta por reconhecimento social envolve atores sociais com demandas emergentes, as quais são por vezes, evidenciadas pelos conflitos e pela conjuntura de comportamentos dominantes.

A mulher homossexual encontra-se envolta por uma cultura de herança patriarcal, que também se constrói pelas garras do preconceito. A condição feminina que historicamente secundariza a mulher, aporta-se agora entre o devaneio e a realidade que retratam a visibilidade e o reconhecimento.

A luta pelo direito de ter direitos já encontra seu espaço na contemporaneidade, juntamente com conquistas que perfaziam dívidas históricas. A mulher já consegue alcançar alguns degraus na sociedade, mas quando a temática engloba a sexualidade, o corpo administrado ainda recai nas armadilhas do biopoder.

O processo histórico da nação brasileira não ofereceu aporte para a compreensão da homossexualidade feminina em largos aspectos. A noção de sujidade, promiscuidade e pecado transformaram essa orientação sexual em um verdadeiro miasma social que precisava ser expurgado.

A conjuntura da região amazônica não foge aos preceitos do restante do país. O conservadorismo e tradicionalismo vieram como herança de indígenas e colonizadores, preconizaram condições de estabelecimento social e normas sexuais de aceitação dentro do padrão nuclear burguês.

O contexto amazônico, apesar de suas peculiaridades apresentadas frente ao processo histórico das populações tradicionais, também ressalta em sua hereditariedade histórica o tradicionalismo de uma sociedade de herança patriarcal e patrimonialista, que traz o viés do não reconhecimento das diferenças em sua totalidade, fator este que norteou a reflexão.

Na configuração das diversas expressões da sexualidade feminina, é preciso reconhecer a demanda por construções de identidades sociais, o que sinaliza que a diferença também se faz historicamente, social e cultural inserida na diversidade.

Mesmo com a desmedicalização da homossexualidade e sua saída do rótulo das perversões sexuais, a sociedade ainda não visualiza os fatores que a norteiam como condição humana, lugar tomado na perspectiva do direito, das ciências e das identidades.

Ser mulher se constitui um desafio, tornar-se mulher com identidade homossexual remete a compreensão de contínuas lutas em nome de uma visibilidade negada historicamente.

O século XXI já aponta mudanças. Nele, o modelo nuclear burguês já não atende a diversidade de expressões da sexualidade humana, as formações familiares são mutáveis, as relações já são abordadas como conjugalidades em processo de construção e desconstrução contínua. As identidades da mulher adentram na perspectiva de uma dialética constante, em busca de vencer o conflito e vibrar pelo reconhecimento social e luta pelo protagonismo social.

Quantas Marias, Joanas, Anas e Raimundas ainda fazem parte do ostracismo absoluto no que tange a orientação sexual no interior das relações de poder delineadas na Amazônia brasileira?

Muitos são os armários que demandam a coragem para sair, haja vista que a cultura heterocêntrica preconiza modelos que atendem apenas a configuração nuclear dentro de uma sexualidade construída, mas olvida, sobretudo as diferenças, as quais no limiar do século XXI, ainda são visualizadas como minorias desviantes ou *outsiders*, que insistem em se fazer presentes no interior dos cânones sociais.

Em meio a tantos embates e conflitos, remete-se a tais sujeitos a inserção na luta cotidiana e o aprendizado constante, na perspectiva de viver, como diria Gonzaguinha: “(...) e não ter a vergonha de ser feliz.”.

**Sobre a autora: Formação em Serviço Social. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas. Professora do Departamento de Serviço Social da Ufam.* ‘